

O semiprofissionalismo no futebol brasileiro: representação episódica, fenômeno sistêmico

The semi-professionalism in Brazilian soccer: episodic representation, systemic phenomenon

André Mendes Capraroⁱ

Celso Moletta Júniorⁱⁱ

Miguel A. de Freitas Júniorⁱⁱⁱ

Natasha Santos^{iv}

Introdução

Foi no início dos anos 1920 que, por iniciativa do Clube de Regatas Vasco da Gama, teria emergido uma nova etapa do futebol no Brasil¹, marcada pelo esgotamento do modelo amador. Tal ruptura foi caracterizada por Mario Rodrigues Filho² a partir da inserção de atletas pobres, geralmente afrodescendentes, os quais foram incorporados ao elenco cruz-maltino³. Segundo

ⁱ * Professor Adjunto III da Universidade Federal do Paraná, atuando nos programas de Pós-Graduação (mestrado/doutorado) em História e Educação Física. *E-mail*: andrecapraro@onda.com.br

ⁱⁱ * Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Educação Física (UEPG) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). *E-mail*: celsomoletta@gmail.com

ⁱⁱⁱ * Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail*: mfreitasjr72@ibest.com.br

^{iv} * Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail*: nata.shas@ig.com.br

¹ MATTOS, C. **Cem anos de paixão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp. 83-100.

² Jornalista esportivo mais conhecido pela abreviatura de Mario Filho.

³ RODRIGUES FILHO, Mario. **O Negro no Futebol Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. Cabe destacar que esta versão questionada por alguns pesquisadores, como Leonardo Pereira, que comprova documentalmente que a prática do futebol, já em 1910, contava com a participação popular, de indivíduos de diferentes raças e extratos sociais. A esse respeito, cf. PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro - 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Mario Filho, por praticarem o “jogo de bola”, caracterizado pelo improvisado (de espaço, de materiais e de regras), pela gíngua, individualidade e desregramento – atributos que tinham uma origem remota, já que eram características marcantes da cultura afro-escrava –, os indivíduos excluídos socialmente começariam a ascender por meio do esporte. Logo, superariam em muito a técnica dos jovens da elite carioca, forçando-os a se retirarem, gradativamente, deste meio esportivo.

Tal tese, estabelecida por Mario Filho, na obra clássica *O Negro no Futebol Brasileiro*, reverbera na intelectualidade, no meio acadêmico, na imprensa e mídias, nos apreciadores do futebol, na sociedade brasileira, e mesmo em quem não gosta de futebol. E pode ser entendida como um processo de “circularidade cultural”⁴, que, por sinal, já ocorrera basicamente com o mesmo agrupamento social – os jovens da fina-flor carioca – algumas décadas antes, quando estes, na virada do XIX para o XX, migraram da prática do remo ao próprio futebol e a outras modalidades ainda pouco conhecidas no país.

A ideia – ao menos neste texto – não é a de questionar tal modelo explicativo, mas apenas melhor compreendê-lo por meio da análise de outro caso singular, qual seja, o semiprofissionalismo do futebol paranaense. Desse modo, intenta-se demonstrar, a partir de uma análise pontual, devidamente localizada na historiografia, se o episódio pontual envolvendo o Vasco da Gama e a criação da AMEA foi o marco para o surgimento do semiprofissionalismo no futebol – como trata Mario Filho –, ou se esta prática de remunerar ou presentear atletas de extratos sociais inferiores ocorria de forma sistêmica. Sendo assim, tendo como pressuposto o exame preliminar das fontes, tratar-se-ia de um fenômeno mais amplo, difuso e, portanto, sistêmico.

⁴ BAKTHIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília, 1999.

O procedimento analítico considerado adequado ao estudo foi o da utilização da “escala de análise”⁵, cuja constante amplitude/redução/focalização fora necessária para relativização da precisa e rigorosa definição espaço/temporal estabelecida por Mario Filho.

Neste sentido, apresenta-se o seguinte quadro hipotético: a linearidade narrativa⁶, estabelecida em *O Negro no Futebol Brasileiro*, e a definição de um lócus não ocorreram de modo homogêneo e pacífico como apresentado pelo renomado jornalista esportivo⁷. Aconteceram, sim, processualmente, com o findar dos preceitos fidalgos do esporte, muito embora o futebol permanecesse permeado de interesses políticos (mesmo que clubísticos) específicos, bem como de tensões locais de cunho social.

Um marco divisório: Mario Filho e o caso Vasco da Gama em 1923

Mais uma prova de que o futebol era jogo de branco. Nenhum clube com um mulato, com um preto no time, tinha sido campeão de 6 a 22. Só o escrete brasileiro, com Friedenreich. Friedenreich, porém, tinha pai alemão, não queria ser mulato. Nem mesmo quando se separou o branco do preto, quando se quis ver quem jogava mais, o branco ou o preto. Formava-se um escrete de pretos e mulatos, Friedenreich não era escalado em nenhum dos dois.

Uma homenagem que se prestava ao autor do gol da vitória do Brasil em 19. Nem branco nem mulato, sem cor, acima das coisas.⁸

⁵ Ginzburg sugere que o historiador, diante das dificuldades impostas pela(s) problemática(s) que permeiam o objeto e as vastas possibilidades que as fontes permitem, deve atentar para a singularidade da dimensão micro, o estudo de caso, sem deixar de lado as possibilidades genéricas que o plano macro proporciona. Ou seja, o essencial da proposta é uma preocupação constante do pesquisador com a “escala de análise”. GINZBURG, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 143-179.

⁶ STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, s/p.

⁷ CAPRARO, André. Mario Filho e a “Invenção” do Jornalismo Esportivo Profissional. *Revista Movimento*. Porto Alegre: UFRGS, 2010, v. 17, n. 02, pp. 213-224.

⁸ RODRIGUES FILHO, op. cit, p. 119.

Elitista, segregacionista e rijo. Era assim que Mario Filho caracterizava o futebol até o ano de 1922. De figuras peculiares era estabelecido o enredo que justificava a sociogênese do futebol brasileiro. Entre os personagens, estava o goleiro do Fluminense, Marcos Carneiro de Mendonça⁹, que, no estereótipo apresentado na obra, não gostava de sujar as vestimentas e cumprimentava o adversário sempre que este marcava um gol; ou ainda, o escritor mais popular da época, Coelho Netto, que, na condição de torcedor convicto do mesmo clube (inclusive, no qual os seus filhos atuavam), de fraque e cartola, protagonizou a primeira invasão de campo para questionar a arbitragem¹⁰.

O livro “O Negro no Futebol Brasileiro” é considerado uma pesquisa histórica pelo próprio autor e por Gilberto Freyre, que foi quem a sugeriu e também a prefaciou, fato que causa furor até as últimas décadas no tangente ao seu enquadramento¹¹, refletindo, conseqüentemente, na perspectiva enquanto material de análise (fonte histórica) e/ou referência historiográfica¹². Mario Filho não referencia e não explicita os métodos para construção do enredo; por outro lado, é inegável que defende uma tese: a de que o desenvolvimento completo do futebol nacional, culminando com o ápice das conquistas de 1958 e 1962¹³, só foi possível quando os negros foram aceitos, definitivamente, como praticantes e, em um segundo momento, reconhecidos como os mais talentosos e com dons especiais, o que os tornava criadores de um padrão estético que remetia o esporte à condição de arte de vanguarda. E como em qualquer produção artística, pouco se respeitavam as convenções (sistemas táticos, no caso), valorizando, acentuadamente, a singularidade (a habilidade individual do atleta).

⁹ PEREIRA, Leonardo. Pelos campos da nação: um goal-keeper nos primeiros anos do futebol brasileiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, 1996, v.10, n. 19, pp. 23-40.

¹⁰ COELHO NETO, Paulo. *História do Fluminense*. 2 ed. Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002.

¹¹ HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo. A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

¹² CAPRARO, André. *Identidades Imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX*. Tese (Doutorado em História), UFPR, 2007.

¹³ Sobretudo, a partir da 2ª edição, em 1964, quando Mario Filho reitera e acredita ter comprovado tal tese devido às sequenciais conquistas dos mundiais de seleções.

Entendendo a obra de Mario Filho como um romance histórico¹⁴, ater-se-á aqui ao primeiro momento descrito pelo autor, qual seja o da transição de prática típica da “fina-flor” carioca à inserção dos atletas negros e pobres nas equipes que compunham a principal organização associativa, a Liga Metropolitana. Vale a ressalva: ao menos neste período inicial, a exclusão descrita por Mario Filho não era somente a do negro. Ao contrário, o processo era bastante amplo e subjetivo, englobando, além do negro, o pobre e outros tipos sociais desqualificados, ou seja, os *outsiders*¹⁵. Assim, mesmo o indivíduo branco não pertencente àquele grupo de jovens fidalgos, que foram os primeiros a criar instituições organizativas¹⁶, poderia ser entendido como um potencial intruso – “Pascoal, branco, do Rio de Janeiro. Era o mesmo Pascoal que só aprendera a assinar o nome quando Horário Werner lhe arranjara um Silva, muito mais fácil do que o sobrenome italiano que ele tinha”¹⁷.

Pois bem, à narrativa: à exceção do América Football Club, que já tinha alguns atletas negros na equipe, nenhuma grande equipe carioca – Flamengo, Botafogo e Fluminense – aceitava-os nos seus quadros associativos. Ou seja, “O mulato e o preto eram, assim, aos olhos dos clubes finos, uma espécie de arma proibida. Não um revólver, uma navalha. Se nenhum grande clube puxasse a navalha, os outros podiam continuar lutando de florete”¹⁸.

Foi nesse cenário elitista, composto não só pelo jogo propriamente dito, mas também por saraus dançantes, brindes e odes à higiene e saúde; pela presença de atletas de sobrenome da *high society* carioca e do público refinado; pelas notas no

¹⁴ O romance histórico, evidentemente, não é uma simples narrativa dos acontecimentos históricos. Também não é, de forma nítida, uma mera ficção. Trata-se de uma obra amarrada à realidade, seja por um determinado contexto, personagem ou temporalidade. CAPRARO, André. *Identidades Imaginadas*, op. cit..

¹⁵ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁶ Reforça-se aqui a ideia de que foram os primeiros a organizar ligas e campeonatos locais e regionais, mas não os responsáveis pela introdução do futebol propriamente dito, tendo em vista que, de forma lúdica, sem tanta organização, já era praticado por populares nas praias, ruas e campos improvisados, bem como por estudantes nas escolas.

¹⁷ RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 120-121.

¹⁸ *Ibidem*, p. 120.

colunismo social, cigarrilhas e cigarros importados; e ideários (como o de *fair play*), que o esporte era praticado na Liga Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mas, em 1923, o Clube de Regatas Vasco da Gama, equipe representante da comunidade portuguesa, ascende à primeira divisão. E sua equipe contava com vários jogadores mulatos e negros. Como acentuado pelo próprio Mario Filho, reforçando a teoria da integração racial de Freyre, o “[...] clube da colônia, seguia a boa tradição portuguesa da mistura. [...] mulatos e pretos que [...] andou apanhando nas peladas, nos clubes pequenos, já feitos”¹⁹.

Neste mesmo ano, o recém-egresso Vasco da Gama se sagraria campeão carioca, após uma tumultuada partida contra o Flamengo. A proeza fora alcançada graças aos atletas negros e pobres que podiam se dedicar aos treinamentos devido às benesses, ou até empregos, oferecidos pelos comerciantes portugueses, outrossim, estabelecia-se um quadro intermediário, denominado de profissionalismo marrom ou semiprofissionalismo²⁰. E aí, ainda segundo Mario Filho, a equipe que seria a “brasileiríssima”, fora taxada de estrangeira, representando o colonizador português.

Ainda segundo Mario Filho, em uma última tentativa de criar mecanismos de exclusão, funda-se a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA). Esta, além de prosseguir com as exigências já estabelecidas – todo atleta deve saber ler e escrever, também deve ter um ofício, mas não degradante (trabalho braçal) e ter residência fixa na cidade –, acrescenta a norma de que aqueles clubes que não tivessem um estádio próprio deveriam rapidamente construí-lo. O Vasco era um dos que não tinha um estádio digno das disputas da primeira divisão, logo não foi integrado à AMEA, inicialmente. Preservava-se, assim, o amadorismo. E as elites, mesmo sem conseguir evitar que a modalidade se popularizasse, ao menos cerceava a presença de “indignos” nos clubes vinculados a sua instituição reguladora. “A distinção que se estabeleceu entre a Amea e a Liga Metropolitana foi esta: uma liga de clubes de

¹⁹ Ibidem, p. 120.

²⁰ Ibidem, p. 120.

brancos, a outra, liga de clubes de brancos, mulatos, pretos, tudo misturado”²¹.

Embora Mario Filho elevasse a primeiro plano o tema do racismo no caso Vasco e AMEA, explícito até no título do capítulo – *A Revolta do Preto* –, a tensão tinha como essência a questão do amadorismo/profissionalismo do esporte. Como bem diagnosticado por um pesquisador especialista na obra de Mario Filho:

Pelos dados levantados e pela reconstrução da trama das dissidências em 1924, fica difícil aceitar a hipótese do racismo como motivador primário dos conflitos em questão. Deve-se destacar que nenhum dado empírico ou declaração racista explícita é encontrada nos jornais da época ou no texto de Mario Filho. A hipótese racista, como motor das dissidências, é enfraquecida quando o próprio Mario Filho diz que os negros do Bangu teriam sido aceitos na AMEA porque sobre eles não existiam dúvidas quanto ao amadorismo. [...] Assim, é provável que a desconfiança fosse maior sobre os negros sem sobrenome de prestígio. [...] A hipótese racista, sem dados, torna-se no máximo lateral, mesmo se interpretarmos que a cor ou “raça” fosse, para os membros da AMEA, um motivo de suspeita da condição social do jogador de origem familiar desconhecida.²²

Esta ausência de provas ou, ao menos, indícios e pistas é evidente na obra de Mario Filho. Inclusive, é bastante questionável como, em alguns momentos, o jornalista estabelece argumentos simplistas e especulativos na narrativa, às vezes, sequer ponderados. Como no excerto em que tenta esclarecer o porquê de o Vasco ser convidado a retornar à AMEA no ano de 1925...

Os jogadores de boa família tinham estímulo de novo. Podiam levar a vida que levavam sem perigo de competir, em inferioridade de condições, com os brancos pobres, os mulatos e os pretos. A Amea estava ali para não deixar que os brancos pobres, os mulatos e os pretos passassem o dia todo no campo, batendo bola. Por isso era até bom que o Vasco fosse para Amea. A Amea precisava de um clube de colônia [...].²³

²¹ Ibidem, p. 133

²² SOARES, Antonio Jorge. O Racismo contra o Vasco e a Fundação da AMEA: uma história de identidade. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1998, p. 145.

²³ RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 137-138.

Embora acentuado que Mario Filho conduzia o enredo em concordância com a tese apresentada *a priori*, o impacto da obra – e, conseqüentemente, das suas ideias – é praticamente imensurável. E, assim, mesmo no meio acadêmico, é ainda hoje muito reforçada a ideia de que o Vasco fora o precursor em oferecer “recompensas” para que atletas de classes menos privilegiadas pudessem jogar, com o objetivo evidente de ganhar mais títulos.

Ampliando a escala de análise: o semiprofissionalismo no Brasil

Mesmo escapando da percepção de Mario Filho²⁴, a partir da década de 1920, o modelo amadorístico, segundo a égide do *fair play*, sofria um desgaste no âmbito nacional. Quiçá, global, pois na Inglaterra o futebol já havia sido apropriado pela classe trabalhadora há muito²⁵.

A falta de atletas, que atendessem aos critérios impostos, fez com que, em outros estados, alguns clubes começassem a questionar a viabilidade do amadorismo. Soma-se a isso, a popularização dos esportes entre os diversos extratos sociais. Era o fenômeno definido como “*boom* esportivo”²⁶, o que, conseqüentemente, levou à formação de novos clubes, ligas e suas subdivisões. Em um curto período de tempo, os clubes “populares” ganharam destaque equivalente aos demais (é o caso, por exemplo, do Sport Club Corinthians Paulista²⁷), visto que a qualidade técnica de seus jogadores passou a despertar maior interesse do público. Além disso, as disputas entre os próprios clubes elitizados ficavam mais acirradas, estimuladas por campeonatos oficializados. Ou seja, mesmo as equipes da elite almejavam uma melhor qualificação técnica.

Neste momento, então, ao invés do pontual caso relatado por Mario Filho – e por aqueles que o usam de modo acrítico –,

²⁴ Pode ser também que o jornalista tenha percebido que se tratava de uma situação mais ampla, mas não lhe atribuiu importância.

²⁵ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁶ SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. V. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁷ NEGREIROS, Plínio José. **Sport Club Corinthians Paulista: resistência e rendição**. Dissertação (Mestrado em História), PUC. São Paulo, 1992.

tinha-se um cenário amplo, no qual o discurso do amadorismo estava já fragilizado, pois os mecanismos empregados pelos clubes na organização de suas equipes (supervalorizando a vitória) começavam a confrontar aquela ideia fidalga de “O importante é competir!”²⁸

Os clubes buscavam reforçar seus times com os jogadores de destaque, quer estes despontassem em divisões de base de clubes de elite, quer estes fossem oriundos dos clubes de subúrbio. Essa busca de reforços provocava uma inquietude nas discussões jornalísticas, quando acreditavam que esta estratégia colocava em jogo o espaço destinado ao lazer e a distinção social da elite. [...] Para os conservadores a composição das equipes com jogadores de diferentes camadas sociais era uma ameaça aos clubes, aos cidadãos de boa índole e também ao esporte.²⁹

Como anteriormente afirmado, iniciava-se um período econômico no futebol, que a historiografia denominou *profissionalismo marrom* (ou semiprofissionalismo), perdurando, aproximadamente, até o início da década de 1930, quando efetivamente se deu a profissionalização do jogador de futebol. Apesar de que, de modo demagógico, algumas ligas e clubes sustentassem que o futebol ainda se tratava de uma prática amadora, pois, entre outras características fundamentais, os seus estatutos proibiam a presença de jogadores que recebessem qualquer benefício que configurasse uma remuneração para jogar. Entretanto, não raro, estas mesmas agremiações e entidades burlavam tais restrições, contando até mesmo com o aparecimento de ganhos extras, tais como as recompensas, popularmente conhecidas como *bichos* ³⁰.

Por sinal, mesmo no Rio de Janeiro, o primeiro caso documentado de incentivo remunerado, ou de privilégios pessoais para a prática do futebol, aconteceu com o The Bangu Athletic Club, fundado por funcionários do alto escalão da Companhia

²⁸ Frase atribuída ao Barão Pierre de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos Modernos.

²⁹ SALLES, José; SOARES, Antonio Jorge. O amadorismo em crise – a vitória do Clube de Regatas Vasco da Gama no campeonato estadual de 1923. **Anais do X Congresso Brasileiro de História do Esporte, Educação Física, Lazer e Dança**. Curitiba, 2006, s/p.

³⁰ TOLEDO, Luiz Henrique. **No país do Futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 10. Sobre o jogo de bicho e a sua relação com o futebol, ver: HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. **Lance de sorte**. O futebol e o Jogo do bicho na Belle Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

Progresso Industrial do Brasil, que inicialmente estimulavam a prática do esporte como forma de lazer. No entanto, a falta de funcionários qualificados e interessados no futebol, obrigou os seus diretores a convidar os demais trabalhadores, tendo como critério de escolha o desempenho esportivo.

O privilégio de ser escolhido criaria uma nova categoria profissional de operário que, a partir de agora, chamaremos de 'operário-jogador'. Eles formariam a 'elite-operária do futebol' e teriam algumas regalias por isso: passariam a fazer trabalho mais leve, para que sua energia se concentrasse também no futebol. Nos dias de treinos poderiam deixar o serviço mais cedo. Quase sempre os operários-jogadores eram mais rapidamente promovidos pela diretoria da empresa. [...] Os operários-jogadores já não eram mais apenas alguns trabalhadores a mais. Pelas circunstâncias e em face da crescente popularidade do futebol, eles seriam transformados em veículos de propaganda da empresa.³¹

Neste sentido, a busca por reforços para as equipes tradicionais acontecia, principalmente, com a contratação de funcionários para as empresas vinculadas aos clubes, ou com a promessa de que iriam receber recompensas oferecidas por algum dirigente mecenas. Assim, pessoas de um escalão social inferior (financeiramente), porém que se destacavam jogando futebol na várzea (aquele praticado fora dos clubes, de forma livre, ou em clubes de menor expressão, que não participavam das principais divisões), acabavam "convidados" a participar dos "campeonatos das elites":

A incorporação de operários, negros e demais segmentos subalternos aos grandes clubes de futebol obedecia à 'ideologia do favor', que estabelecia certa proximidade entre um poderoso e seu plantel de clientes, oferecendo falsa impressão de identidade de interesse. Dirigentes e patronos assumiam posição paternalista, favorecendo seus jogadores...³²

³¹ CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990, p. 43. Vale a ressalva de que processo semelhante ocorreu na Inglaterra a partir da década de 1880.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, op. cit..

³² FRANCO JR, Hilário. *A Dança dos Deuses. Futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Assim, não eram uma exclusividade carioca as querelas originárias das denúncias de atletas que recebiam remuneração e benefícios, ou seja, que fugiam da condição de amadores. O avanço do semiprofissionalismo dava um xeque-mate nos jovens praticantes da elite e, conseqüentemente, levava os clubes a repensarem a questão de maneira defensiva, pois, bastava apenas uma agremiação romper com o ideário amador, contratando jogadores mais habilidosos de segmentos sociais diversos, para que a disputa entre tais equipes entrasse em situação de desequilíbrio. E aí ocorreria um verdadeiro efeito cascata, pois, ou o clube teria que aderir à prática considerada escusa ou simplesmente teria que extrair o futebol do rol de modalidades oferecidas aos seus associados³³.

Assim, Waldenyr Caldas conclui que o fato de o futebol ser reconhecido como uma atividade esportiva para amadores, até o início de 1930, era equivocado. “Era esconder a realidade e a falta de ética profissional por trás da formalidade da lei e de suas imperfeições. Era este o quadro do futebol brasileiro até o início dos anos 30”³⁴. Isto é, os limites entre o profissionalismo e o amadorismo no futebol brasileiro sempre foram obscuros e difíceis de serem delineados, visto que as práticas realizadas pelos clubes e as teorias defendidas por eles eram totalmente opostas.

Em São Paulo, os conflitos acerca do futebol elitista ocorreram de forma semelhante ao caso do Vasco da Gama e a criação da AMEA no Rio de Janeiro, em que os clubes elitizados – Paulistano, Internacional, Germânia e mais alguns menos importantes – racharam com a APEA (Associação Paulista de Esportes Atléticos), associação até então responsável pelos campeonatos, fundando a LAF (Liga Amadora de Futebol).

Caldas afirma, ainda, que a LAF acabaria tendo insucesso devido à:

[...] insistência em manter o futebol amador em circunstâncias inteiramente adversas, uma vez que a APEA, apesar de em tese pregar o amadorismo, na prática, já deixava que os clubes e jogadores praticassem o profissionalismo [...] Em São Paulo, muito mais do que no Rio, o profissionalismo avançava de forma irreversível.

³³ O elitista Paulistano de São Paulo, por exemplo, optou pela segunda possibilidade.

³⁴ CALDAS, op. cit., p. 44.

Mas há um segundo fator que não deve ser desprezado, cuja causa tem a ver com a economia do país [...] O senhor Antonio Prado Júnior, fazendeiro, exportador de café e presidente da LAF, vira suas economias abaladas com a situação econômica do país. Isso, sem dúvidas, refletia na LAF, uma associação sustentada com o dinheiro dos aristocratas do café. Assim, o fato desta entidade ter encerrado suas atividades em 1929, não é apenas uma coincidência de datas [...].

O terceiro, embora já implícito, vale a pena esmiuçar um pouco mais. Trata-se da questão do elitismo. Nesse aspecto, a LAF, já estava completamente defasada em relação ao que acontecia no futebol paulista. [...] a LAF não podia mesmo sobreviver, independente do aspecto político e institucional de nunca ter conseguido sua oficialização junto a CBD.³⁵

Reforçando tal interpretação historiográfica, Marcelo Proni ainda menciona que, paralelamente a tudo isto, a alta taxa de inclusão de jogadores de classes sociais baixas abriu espaço para a transição amadorismo/profissionalismo e marrom/oficializado³⁶. A consolidação do modelo profissional aconteceria em pouco tempo, após esses acontecimentos, pois alguns clubes de grande popularidade, entre eles o Corinthians, retornariam à APEA, consolidando o início do profissionalismo em São Paulo³⁷.

Já na região sul do país, especificamente no Rio Grande do Sul, o futebol, desde seus momentos iniciais, esteve baseado em conflitos de resistências étnicas. Para se ter ideia da complexidade das diferenças sociais vivenciadas, apenas em 1930 o Internacional Sport Club aceitaria negros em seu plantel e o seu rival, o Grêmio Porto-alegrense, apenas em 1950. No início do desenvolvimento das ligas e campeonatos locais, havia três divisões distintas: a Liga do Sabonete, para elementos da mais alta sociedade; a Liga do Sabão, para a classe média e pequenos comerciantes; e a Liga da Canela Preta, apenas para os jogadores negros, já que estes não eram aceitos em nenhuma

³⁵ Ibidem, pp. 128-130.

³⁶ PRONI, Marcelo. *A Metamorfose do Futebol*. Campinas: Unicamp, 2000, p. 111.

³⁷ NEGREIROS, Plínio José. *Sport Club Corinthians Paulista: resistência e rendição*. Dissertação (Mestrado em História), PUC. São Paulo, 1992.

outra equipe³⁸. Assim, na historiografia sobre o futebol sul rio-grandense, a questão do semiprofissionalismo é elemento secundário, visto que a segmentação social era muito aguda.

Um estudo de caso: o semiprofissionalismo no futebol paranaense

E novamente regula-se a escala de análise, focando agora no plano micro. Curitiba não era uma grande metrópole nos primeiros anos do século XX. Assim, o irradiante cosmopolitismo presente no Rio de Janeiro³⁹ e São Paulo⁴⁰ não era tão presente na capital paranaense. Por outro lado, atentava-se ali aos fatos ocorridos nas duas grandes metrópoles nacionais.

Assim, os recém-fundados clubes locais, cientes das dificuldades para realização de campeonatos de porte maior e, possivelmente, influenciados pelas ideias dos futebolistas cariocas – que criaram a sua liga, batizando-a de Liga Metropolitana de Football, em 1905, realizando o primeiro campeonato carioca, já em 1906⁴¹ – e paulistas – que fundaram sua primeira instituição, a Liga Paulista, no ano de 1901 e, posteriormente, em 1913, a Associação Paulista de Esportes Atléticos – APEA⁴² – resolveram montar sua própria instituição diretiva.

Somente em 12 de fevereiro de 1915 foi fundada a Liga Sportiva Paranaense, a primeira que regeria o esporte no estado. A criação da Liga assegurou a prática exclusiva aos jovens da fina-flor paranaense, não permitindo a intromissão de indivíduos cujo perfil fosse indesejado⁴³ – já que a formulação das leis

³⁸ ANJOS, José. Futebol no Sul: historia da organização e resistência étnica. **Revista Pensar e Prática**. UFRGS, 2007, vol.10, n.1, pp. 33-50.

³⁹ SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴¹ PEREIRA, Leonardo. **Footballmania**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 63-73.

⁴² CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: Ibrasa, 1990, pp. 37-40. NEGREIROS, Plínio José. **Sport Club Corinthians Paulista: resistência e rendição**. Dissertação (Mestrado em História), PUC. São Paulo, 1992, pp. 48-52.

⁴³ Apesar de não ser garantido o controle sobre o que os clubes de porte menor, de características inadequadas à tentativa civilizadora, estavam fazendo fora dos domínios da Liga, o principal elemento de exclusão era o pagamento da “joia” – o que denotava certa aversão

esportivas estava nas mãos dos próprios praticantes favoráveis ao amadorismo. Uma das primeiras leis, por exemplo, aferida por unanimidade de votos, foi a que dizia que nenhum atleta negro poderia ser considerado amador⁴⁴. Contudo, não era garantido o controle sobre o que os clubes de porte menor, de características inadequadas⁴⁵ à tentativa civilizadora, estavam fazendo fora dos domínios da Liga.

E não tardou para que tensões semelhantes à ocorrida em São Paulo surgissem entre os clubes de Curitiba. A discussão basicamente era a mesma: todos os clubes eram favoráveis ao amadorismo, mas era uma questão de tempo para que um deles rompesse com o ideal, vislumbrando a conquista de títulos a partir do acréscimo – irregular que fosse – de atletas de outros extratos sociais. Ainda em 1915, o campeonato vencido pelo Internacional Football Club (considerado o clube mais elitizado), foi contestado pelos dirigentes do América Football Club, como retratado pelo jornal *Diário da Tarde*, no ano de 1916. Era alegado que o Internacional havia utilizado um jogador que não residia na cidade. Todos os clubes que, junto com Internacional e América compunham a 1ª divisão da Liga, prestaram solidariedade ao América, criticando a descompostura do Internacional. Este ficou sozinho. O resultado: a Liga fora abandonada pelas outras equipes, deixando o influente Internacional, isolado. Nascia uma nova entidade, a Associação Paranaense de Sports Atlético.⁴⁶

aos indivíduos pobres e, se pensado o contexto brasileiro de recém-fundada escravatura, tal repugnância se estendia também aos negros. Sobre a demarcação financeira, representada pela joia, o seguinte excerto pode exemplificar: “A thesouraria da Liga Sportiva Paranaense communica a todos os clubs filiados que está procedendo á cobrança das joias dos mesmos tendo para este fim pessoa encarregada que se encontrará todos os dias uteis, até o dia 15 deste mez na sua séde, das 7 e meia as 8 e meia horas da noite. Chama-se a especial atenção para os clubs filiados ser obrigatorios este pagamento afim dos mesmos poderem matricular seus jogadores” (*Diário da Tarde*, 13 mar. 1915, p. 4).

⁴⁴ PEREIRA, Leonardo. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 63-73.

⁴⁵ Retornando à bibliografia, Pereira (2000), Sevcenko (1992), Toledo (2001) e Capraro (2002), por exemplo, acreditava-se que, no período em foco, o esporte atuava como elemento primordial no processo que transformou o homem europeu em um exemplo de ser humano. Isto é, ao mesmo tempo forte, viril e virtuoso, além de inteligente, culto e civilizado.

⁴⁶ SANTOS, Natasha; CAPRARO, André Mendes. et. al. A formação da Liga Sportiva Paranaense: relações de poder entre a juventude elitista. *Anais do IV Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte*. Faxinal do Céu, 2008, p. 619-620.

Em se tratando de uma prática ainda incipiente, é possível que se espelhasse em práticas já consolidadas, sobretudo, nas atitudes que ocorriam no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, sendo ainda predominante o modelo amadorístico no esporte paranaense. Porém, existem indícios, ainda que sutis e isolados, que permitem considerar a existência de alguns casos de pagamento de benefícios aos atletas. Consequentemente, romper com o modelo paradigmático de Mario Filho e seus apreciadores acríticos, que consideram que o primeiro indicativo de semiprofissionalismo seria, pontualmente, aquele caso do Vasco da Gama em 1923⁴⁷.

Partindo-se da premissa de que o Internacional, no caso acima, havia sido acusado de promover o semiprofissionalismo⁴⁸, a presença de três atletas que não eram efetivamente sócios do Coritiba aumenta ainda mais as suspeitas de que já poderia estar acontecendo o pagamento de benefícios a alguns atletas no futebol paranaense. Ao analisar a documentação disponível no acervo do Clube, no ano de 1916, percebeu-se que esses jogadores não obedeciam à ética amadora, em que os atletas participariam do quadro associativo do clube, faz-se necessário esmiuçar cada um dos casos destes atletas separadamente.

O primeiro chamava-se José Bermudes, também conhecido como Maxambomba⁴⁹, e não se encontrava registrado na condição de sócio do Coritiba. Entretanto, a partir do mês de novembro de 1915, Maxambomba foi titular da equipe do Coritiba, permanecendo até o ano de 1917. A única informação oficial obtida a respeito de José Bermudes está nos registros de pagamentos do clube. Consta, ainda, a partir do mês de novembro, o pagamento de pensão no valor de 120\$000 (cento e

⁴⁷ Há de se destacar que Mario Filho relata em *O Negro no Futebol Brasileiro* outros casos de jogadores que recebiam recompensa, antes mesmo do episódio Vasco e a criação da AMEA, mas sem valorizá-los, tendo em vista que não ocorriam em campeonatos ou ligas importantes. Logo, percebe-se que a historiografia acerca do futebol, salvas raríssimas exceções, é uma forma de história “vista de cima”.

⁴⁸ CAPRARO, André Mendes. **Football, uma prática elitista e civilizadora** – investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 2002.

⁴⁹ O apelido Maxambomba, ele recebeu graças a uma jogada característica, em que dominava a bola, andava como se estivesse marchando e desferia um fortíssimo chute, uma bomba, que geralmente resultava em gol. Maxambomba era uma pequena locomotiva urbana utilizada em transporte de passageiros.

vinte mil contos de réis)⁵⁰, além de algumas ajudas de custo que variavam, não sendo fixas ou rotineiras. Estas ajudas de custo eram normalmente relatadas como despesas com almoço, jantar, refeição e pagamento de alojamento. Como não havia periodicidade dessas outras despesas no livro caixa do clube, não se pode afirmar se elas aconteciam em outros momentos ou simplesmente não eram lançadas na contabilidade oficial.

E elementos elucidativos seriam apresentados vários anos após. Mesmo sabendo que não era comum nos idos de 1910 a presença de jogadores semiprofissionais nos clubes da elite, o jornal A GAZETA (jornal da cidade de São Paulo) descrevia, em 1943, a vida do “famoso” atleta, demonstrando que Bermudes havia utilizado o futebol como meio de sustento durante algum tempo de sua vida.

Maxa foi um verdadeiro bandeirante da Bola – suas aventuras poderiam ser Romanciadas

José Bermudês foi o ‘Maxambomba’ ou ‘Maxa’, um verdadeiro bandeirante do nosso futebol, o mais ‘tagarella’ dos ‘cracks’ do passado. Suas aventuras poderiam ser romanceadas... Maxa tinha o futebol no ‘sangue’. Começou na várzea, em 1914 estreava na Liga Paulistana, porém logo Minas Gerais lhe atraía. Mas naquele tempo jogar na várzea era melhor – por isso Maxa preferia ser Galo nos clubes da terra vermelho. Todavia em 1915, foi para Coritiba e revolucionaria o futebol paranaense ainda em seus primeiros passos. Maxa renovou o estilo e a técnica dos campeões de Coritiba, foi um verdadeiro mestre, um ‘crack’ padrão, nunca tinham visto um jogador com tanta perfeição! Pode calcular o ídolo que foi. [...] Maxa não demorou muito no Paraná. Voltou para São Paulo... Outra vez para a várzea, no Lyra, no Cruzeiro do Sul até que o levara para o Palmeiras com Alexy e Tuffy...⁵¹

Como descreve o periódico, a trajetória de Maxambomba no futebol não se restringiu apenas ao Coritiba, passando também por clubes de Minas Gerais e São Paulo. A fonte revela,

⁵⁰ Para uma noção vaga do potencial de compra, um quilo de café custava 1\$600 (um mil e seiscentos contos de réis). Em um cálculo muito impreciso – pois se desconsiderou a oscilação do preço do café, portanto, pensando que os valores atuais e de 1917 se equivalem –, pode-se deduzir que o salário era algo em torno de 900 a 1000 reais em valores atuais.

⁵¹ Maxa foi um verdadeiro bandeirante da Bola – suas aventuras poderiam ser Romanceadas. *A Gazeta*, São Paulo, 23 out. 1943, p. 10.

ainda, que no período era mais vantajoso jogar na várzea paulistana – visto que os torneios oficiais eram de ordem amadora e, na várzea, já se jogava por dinheiro. Ou seja, mesmo que ainda não houvesse uma situação clara e estabelecida de pagamento de benefícios aos jogadores, isso já ocorria, mesmo que, possivelmente, de forma oculta e com valores ainda modestos.

A fonte ainda denomina José Bermudes de “bandeirante”, numa franca analogia à categoria que viajava em busca de riquezas minerais. Ou seja, provavelmente Maxambomba trocava de cidade ou de clube de acordo com os benefícios que recebia e, na medida em que ia jogando, provavelmente, demonstrava uma condição técnica que o diferenciava dos demais jogadores. Consequentemente, deixava os clubes em que atuava mais perto da vitória, logo, novas equipes o convidavam para jogar e, é claro, possivelmente ofereciam uma condição melhor.

Outro jogador que se encontrava em condição similar era Ricardo Thiele. Os indícios encontrados nas fontes também são poucos, porém, bastante contundentes. Thiele também não fazia parte do quadro de sócios do Coritiba. Analisando o livro de propostas de sócios e o de sócios efetivados, observa-se que este nunca esteve inscrito.

Os únicos indícios sobre este jogador, do mesmo modo que Bermudes, estão em outra documentação do Clube – o livro caixa. A partir do mês de novembro de 1915, aparece na relação de pagamentos mensais uma pensão de 12\$000 (doze mil contos de réis) paga ao jogador por alguns meses, junto a mais algumas despesas, como jantares e almoços, ou, ainda, algo como “pensão dobrada”.

O terceiro caso é o do atleta Natálio dos Santos. Ao contrário dos dois jogadores anteriores, cujos indícios aparecem nos documentos oficiais, as únicas informações obtidas estão em duas fotografias do acervo do Clube. Assim como Bermudes e Thiele, Natálio dos Santos não se encontrava entre os sócios do Coritiba, embora tenha sido titular da equipe nas temporadas de 1915 e 1916.



Fonte: Acervo do Coritiba Foot Ball Club – Data: 1916.

A imagem retrata Roberto Naujocks sentado, com Fritz Essenfelder e Natálio dos Santos (em destaque verde) em pé. É possível afirmar que há mais alguém sentado ao lado de Naujocks, mas esse quarto indivíduo não aparece por completo na fotografia (que se encontra recortada lateralmente). Todos, inclusive a pessoa que aparece parcialmente na foto, estão trajados a rigor, com *smokings* pretos, camisas brancas, gravatas escuras e sapatos bico fino. O fato mais importante desta fotografia é observar o próprio jogador Natálio dos Santos, em destaque – um atleta com traços mestiços (cor da pele e cabelo). Se, até aquele momento, o Coritiba poderia ser tratado como um clube segregacionista (vale a lembrança da

representação enraizada até hoje de ser um clube originado no seio da comunidade étnica alemã), a presença de um mestiço entre seus jogadores quebraria tal paradigma e/ou acentuaria ainda mais a presença de alguns casos de pagamentos de benefícios, bem como a participação de pessoas que não atendiam ao requisito de pertencer às camadas sociais mais elitizadas. Portanto, reforçando ainda mais a ideia da aderência ao semiprofissionalismo.



Fonte: Acervo do Coritiba Foot Ball Club – Data: 1916

Já esta segunda fotografia mostra os jogadores do Coritiba e do América perfilados em três fileiras, tendo como pano de fundo uma construção. Os jogadores do Coritiba, de branco, são: em pé – Adolfo Naujoks, Handschick e Carlos Glaser; ajoelhados – Agnelo, Ricardo Thiele e Natálio Santos (assinalado com o número 2); sentados – Max, Ritzmann, Maxambomba (assinalado com o número 1), Kurt Frederick e César.

Possivelmente, a fotografia foi tirada após a partida entre as duas equipes, visto que alguns atletas estão com as roupas sujas e com as camisas por fora das calças. O time do Coritiba estava trajado com camisas brancas, gravatas escuras (não sendo possível afirmar precisamente a cor), calças e meias pretas. Os jogadores do América, por sua vez, estavam com camisas escuras (não sendo possível afirmar a cor) com um distintivo, carregando as iniciais A.F.C., bordado ao lado esquerdo

da camisa, na altura do peito; usavam calças brancas e meias escuras. A importância desta foto é pela comprovação de que o jogador Natálio dos Santos realmente era parte integrante do time do Coritiba, visto que Santos está trajado com a vestimenta de jogo.

Ainda que estes novos indícios da presença de pagamento de benefícios a alguns jogadores (Maxambomba e Ricardo Thiele), bem como a de um atleta de traços mulatos (Natálio Santos), seria prematuro afirmar categoricamente que neste momento já existia uma efetiva condição de semiprofissionalismo no futebol paranaense. Porém, fica evidente que já existia, pelo menos no Coritiba, a busca por qualificar o seu elenco. Provavelmente, tal situação acontecia pelo fato de as disputas locais se otimizarem e a obtenção de títulos ter se tornado algo mais importante. Em síntese, o clube que conseguisse sagrar-se campeão adquiriria capital simbólico no futebol local, logo, estaria à frente da configuração cidadina, o que necessariamente também exigia um time de melhor qualificação técnica.

Considerações Finais

Atitude estranha, mas necessária, é esclarecer o que não foi objetivado no artigo. O presente texto – por mais que possa aparentar em uma leitura mais desatenta – não é uma pesquisa de revisão historiográfica. O motivo é simples. Mesmo que os casos de semiprofissionalismo na principal liga paranaense ocorressem anos antes do celebrado episódio com o Vasco da Gama em 1923, é bem provável, dir-se-ia quase inevitável, que o mesmo estivesse ocorrendo Brasil afora. Outrossim, é um fenômeno sistêmico e não bem localizado geograficamente.

Mario Filho, embora apontasse já no título que sua obra se propunha a apresentar a história do futebol brasileiro, tendo como eixo norteador a inserção e presença dos atletas negros, restringe-se a um espaço bem delimitado – a cidade do Rio de Janeiro e arrabaldes. Locus importante, sem dúvida. Talvez, em se tratando do futebol, o mais importante do Brasil ao lado de São Paulo. Mesmo assim, não pode ser tomado como representação do Brasil.

No meio acadêmico, enfaticamente na área de Humanas, é inevitável que uma tese seja reformulada a partir da crítica ao que se produziu anteriormente. Mario Filho escreveu e reviu o livro entre as décadas de 1940 e 1960. Havia pouca bibliografia sobre o assunto e, assim mesmo, por caminhos tortuosos e pouco convencionais, através de uma narrativa literária, defendeu uma tese: a de que o futebol só pôde se desenvolver em sua plenitude quando o negro conseguiu se firmar como atleta. Concretizando a ideia de Gilberto Freyre a respeito da pacífica integração racial no Brasil.

O problema maior é que a obra, que serviu a um projeto político-ideológico de Mario Filho, não foi utilizada de forma crítica por quem veio na sequência pesquisando o tema. Salvas raras exceções, neste período de 50 anos apenas se reproduz, sem o menor senso crítico, as mesmas ideias, os mesmos episódios, os mesmos exemplos, inclusive, a mesma redenção (com Pelé e Garrincha em 1958 e 62) narrada em prosa por Mario Filho. Na verdade, a partir de *O Negro no Futebol Brasileiro*, a história congelou. Parou no tempo. E quando isto ocorre é um problema, já que se tem aí um dogma – uma verdade estabelecida pelo mito e não pela prova.

A função sistêmica revelada na afinidade do imprevisto agregado à técnica do futebol brasileiro, desde o momento da constatação de uma remuneração alternativa (bicho), gera possibilidades relacionais concretas, como nos casos relatados dos jogadores desfavorecidos social e financeiramente, tornando-se o grande atributo que movimenta uma nova ordem para o futebol no Brasil. Seriam traços de identificação que não são restritivos ao centro do país, ao contrário, são passíveis de descrição e análise em outras realidades ou realidades diversas, como destacado no texto.

É necessário o retorno modesto ao *rés do chão*, pois somente constatadas as singularidades das práticas futebolísticas regionais é que se poderá pensar em uma história para o futebol brasileiro. Apontar para tal situação, aí sim, foi o singelo objetivo deste texto.

Resumo: A presente pesquisa utilizou-se de diferentes escalas de análise para estabelecer uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento

econômico do futebol brasileiro. Partiu-se dos preceitos apresentados por Mario Filho na obra *O Negro no Futebol Brasileiro*, quando este trata do processo de transição do amadorismo ao profissionalismo. Buscou-se compreender se o episódio pontual envolvendo o Clube de Regatas Vasco da Gama e a criação da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA) foi o marco para o surgimento do semiprofissionalismo no futebol, ou se essa prática de remunerar/ presentear os atletas de extratos sociais inferiores ocorria de forma sistêmica e foi potencializado neste episódio. Mesmo que os casos de semiprofissionalismo na principal liga paranaense ocorressem anos antes do celebrado episódio com o Vasco da Gama em 1923, é bem provável, dir-se-ia quase inevitável, que o mesmo estivesse ocorrendo Brasil afora. Outrossim, é um fenômeno sistêmico e não bem localizado geograficamente.

Palavras-chave: Semiprofissionalismo no futebol. Mario Filho. O negro no futebol brasileiro.

Abstract: The present research aims to use different scales of analysis to establish a reflection about the process of economic development of the Brazilian soccer. Thus, it was based on the precepts presented by Mario Filho in the book *O negro no futebol brasileiro* (African Americans in Brazilian Soccer). It also seeks to understand if the episode involving the Clube de Regatas Vasco da Gama and the creation of the Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (Metropolitan Association of Athletic Sports - AMEA) has marked the beginning of semi-professionalism in soccer, or if this practice of paying or offering gifts to athletes from lower social strata occurred in a systematic way and was only enhanced by this episode. Even if examples of semi-professionalism in the main league of the state of Paraná already existed prior to the episode with the Vasco da Gama club in 1923, it is quite possible, or almost inevitable, that the same was also occurring throughout the country. Therefore, it would be a systematic phenomenon, and not restricted to a specific location.

Keywords: Semi-professionalism in soccer. Mario Filho. African Americans in Brazilian soccer.

Artigo recebido para publicação em 05/10/2012

Artigo aprovado para publicação em 21/12/2012